



A VOZ DO SECTOR AGRO-AMBIENTAL

Periodicidade: **Mensal** | Edição 24 | Ano **IV** - **Outubro** 2026 | **Director:** William Mapote |

A RIQUEZA QUE ESCAPA

Produção atinge um máximo histórico, mas o contrabando, os custos de produção e os desafios da transformação local continuam a limitar o valor que fica no país.



PRODUÇÃO RECORDE

Moçambique ultrapassou o máximo histórico de volume de castanha vendidas por época que marcou a década de 1970

CONTRABANDO

35 mil toneladas exportadas ilegalmente em três anos, com perdas fiscais estimadas em 457 milhões de meticais.

VALOR POR CAPTURAR

Com cada vez menor número de fábricas a funcionar, transformar mais castanha no país e gerar maior cadeia de valor é o grande desafio

ÍNDICE

- 04** Caju:
A riqueza que escapa
- 08** Gergelim moçambicano reforça posição nos
mercados europeu e japonês
- 09** Produtores da Moamba pedem protecção
contra batata importada
- 10** Agricultura moçambicana sob Novo
Diagnóstico
- 12** Quando a terra deixa de responder: a negligência ambiental
que transforma regadios em desertos produtivos
- 14** Impacto e previdência
do El Niño
- 22** Financiamento climático: fundos mobilizados ainda
longe das necessidades
- 24** Moçambique defende justiça climática e maior
financiamento para países vulneráveis



A VOZ DO SECTOR AGRO-AMBIENTAL

www

www.revistaterra.co.mz



redacao@revistaterra.co.mz



[@revistaterramz](https://twitter.com/revistaterramz)



[@revistaterra](https://facebook.com/revistaterra)

FICHA TÉCNICA

Propriedade
Terra Media Lda - Sociedade
Unipessoal
Publicação:



REVISTA TERRA
Rua da Resistência n.º
1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758,
+258847322282 e
+258821233910

Email: redacao@
revistaterra.co.mz
Registo sob n.º
**122/GABINFO/
DEPC/210/2022**

Editor
William F. Mapote

Redacção:
William Mapote
Bernardo Mbembele
Lourino Wanheta
Julio Armino F.
Bendito Nascimento
Colaboradores:
Nordino Gabriel (Cabo
Delgado)
Justino Mondlane
Leonel Manguela
Dionísio Marendiuraye

Revisor Linguístico:
AR&Serviços SU

Maquetização:
Rui Baltazar

Administração:
Narciso F. Mapote
administracao@revistaterra.
co.mz

Comercial:
comercial@revistaterra.
co.mz

Webdesign & Online:
Rui Baltazar
website:
www.revistaterra.co.mz
Twitter:
@revistaterramz

Edição Impressa:
Tiragem por demanda

Editorial

TRANSFORMAR SEM DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

O novo ciclo da política agrícola moçambicana está em marcha. e os sinais apontam para uma ruptura estrutural com o *modus operandi* que vinha caracterizando a actuação do Estado neste sector. De um Estado paternalista, a orientação, agora, é que a agricultura deve ser integralmente abordada como negócio. Com isto, o fim da assistência gratuita para os factores de produção, incluindo pesticidas é um dos eixos centrais desta viragem. Numa perspectiva para o futuro julgamos que, de facto, a mudança é necessária, mas o seu sucesso dependerá da forma como for conduzida. Num país onde a agricultura familiar continua a ter um peso determinante, a transição para um modelo mais orientado para o mercado exige mais do que mudar políticas. Exige também uma mudança de mentalidade, para que as famílias passem a encarar a produção agrícola e pecuária como actividades económicas que requerem planeamento, investimento, gestão e capacidade de gerar rendimento. Tendo em conta o histórico que vinha caracterizando a actuação do Estado e os hábitos instalados julgamos, porém, que essa transformação precisa de mais diálogo, gradualismo e melhor orientação ao sector familiar, mesmo em respeito ao papel que sempre teve para alimentar o país, dentro da sua abordagem de subsistência. Sob o risco de estar-se a lançar uma

semente para desencorajar às famílias rurais a continuarem com a sua contribuição e tornar a agricultura apenas para o grande capital, o Estado deve, na nossa opinião, reforçar o diálogo com os produtores e os restantes actores da cadeia de valor, para explicar as novas orientações, ouvir as preocupações das famílias e criar condições para a sua adaptação. A transição deve, por isso, ser gradual e ajustada às diferentes capacidades dos produtores. Reduzir a dependência da distribuição gratuita de insumos não pode significar retirar, de forma abrupta, o apoio a quem ainda não dispõe de meios para sustentar a sua actividade. O papel do Estado deve evoluir da assistência recorrente para a criação de capacidades e oportunidades. Transformar a agricultura moçambicana implica promover uma cultura de investimento, produtividade e rentabilidade, sem ignorar as vulnerabilidades da agricultura familiar. O sucesso deste novo ciclo não deve medir-se, apenas, pela redução dos apoios, mas pela capacidade de os produtores se tornarem mais autónomos, produtivos e resilientes. A agricultura como negócio deve ser o horizonte. Mas o caminho até lá precisa de incluir todos. Porque transformar o sector sem deixar ninguém para trás significa garantir que até os produtores com menos recursos tenham condições para fazer parte desta mudança.



William Mapote

E-mail: editor@revistaterra.co.mz



Caju: a riqueza que escapa

Texto: William Mapote

Moçambique voltou a ultrapassar a barreira das 200 mil toneladas de castanha de caju, recuperando um nível de produção que não era alcançado desde a década de 1970. O novo recorde, de 204.350 toneladas na campanha 2025/26, representa uma oportunidade para a economia nacional, mas os benefícios desta expansão continuam condicionados por três desafios: o contrabando, a limitada capacidade de processamento e as dificuldades enfrentadas pelos produtores para que os ganhos deste ano sigam um rumo contínuo.

Mais de cinco décadas depois de ter liderado a produção mundial de castanha de caju, Moçambique volta a alcançar volumes que reforçam o potencial económico desta cultura. O crescimento da produção, contudo, não basta para garantir que uma parcela maior da riqueza gerada permaneça no país ou se traduza em ganhos sustentáveis para os intervenientes da cadeia de valor. De acordo com dados do Instituto de Amêndoas de Moçambique (IAM), a produção na campanha 2025/26 atingiu cerca de 204.350 toneladas, representando um crescimento de 5% em relação à época anterior.

Produção Comercializada da Castanha de Caju em Moçambique: 2021/22-2025/2026



Fonte: IAM

Impacto no produtor

Mais do que um novo recorde, os resultados da recente campanha mostram a importância do caju como fonte de rendimento para milhares de famílias rurais e como base de uma cadeia comercial com potencial para gerar emprego, receitas públicas e oportunidades de industrialização. Segundo um balanço recentemente divulgado pelo IAM, a cadeia de valor das amêndoas envolve cerca de 1,047 milhão de famílias rurais, 71 empresas e 5.283 trabalhadores. A comercialização da castanha gerou cerca de 10,5 mil milhões de meticais para os produtores, um crescimento de 6% em relação à campanha anterior. O valor corresponde a uma média de aproximadamente 54 mil meticais por família. Para além do aumento da produção, a evolução dos preços contribuiu para o crescimento dos rendimentos. Embora o preço de referência se tenha mantido na mesma faixa dos anos anteriores, algumas províncias registaram valores de comercialização mais elevados, favorecendo os produtores. Dados oficiais indicam que o preço médio passou de 50,83 meticais por quilograma, na campanha 2024/25, para 52,52 meticais na campanha 2025/26.

A evolução dos preços poderá favorecer as perspectivas para a campanha 2026/27. Os principais intervenientes da cadeia estabeleceram o preço de referência em 48 meticais por quilograma, mais três meticais do que na campanha anterior e o nível mais elevado alcançado nas negociações da presente década. Contudo, a evolução dos custos de produção poderá condicionar a capacidade dos produtores de manter ou expandir o investimento na cultura. A nova orientação governamental para reduzir ou eliminar os subsídios, incluindo os destinados à aquisição de insumos agrícolas, levanta questões sobre a sustentabilidade do actual nível de produção, sobretudo entre os produtores familiares. Milagre Siqueira, representante dos produtores, alerta que o fim do apoio à aquisição de pesticidas poderá comprometer a quantidade e a qualidade da castanha produzida pelo sector familiar, cujos recursos são limitados para financiar os custos da actividade. A questão coloca em evidência um desafio para a política de desenvolvimento do sector. O Governo defende

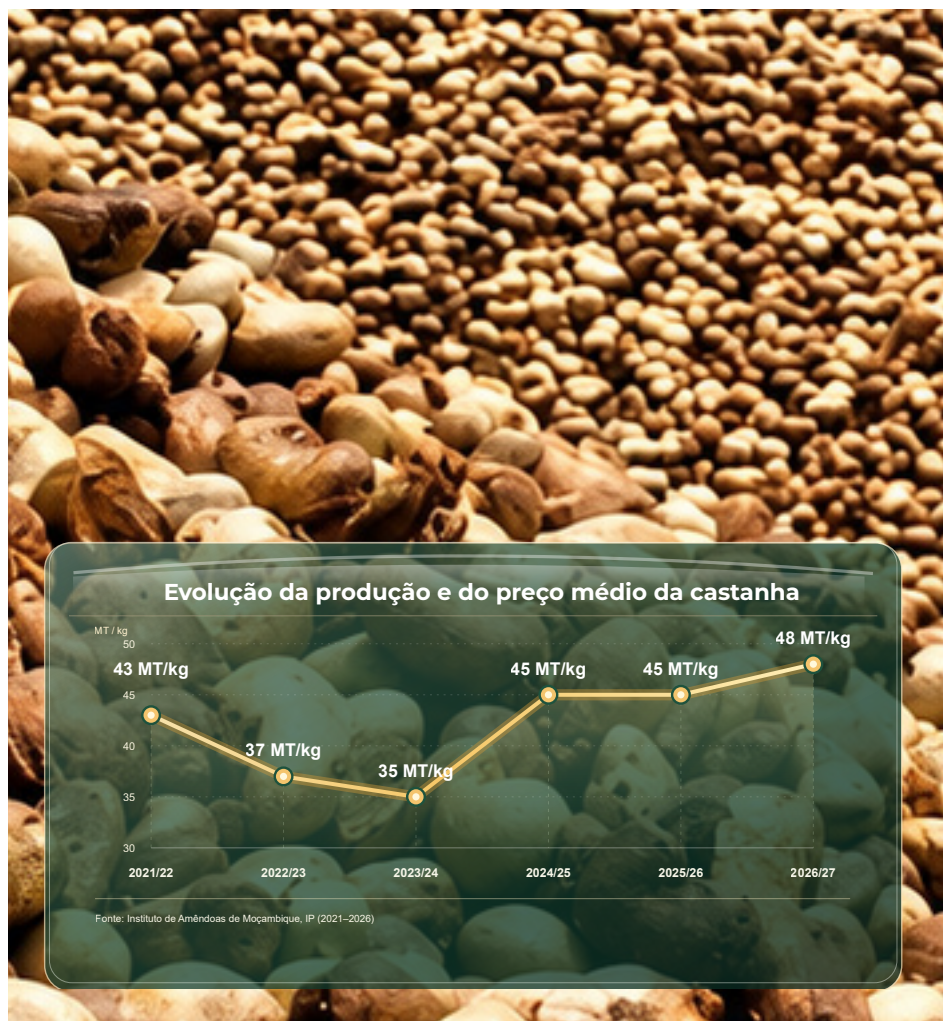
que a produção deve consolidar-se como uma actividade de negócio, com maior autonomia dos produtores e menor dependência dos apoios estatais. Os produtores, por sua vez, alertam que esta transição poderá ser difícil para as famílias sem capital suficiente para suportar os custos de manutenção dos cajueiros. Entre os riscos apontados estão a redução do investimento nas plantações e o eventual abandono da cultura. O desafio consiste, assim, em assegurar que a procura de maior autonomia económica dos produtores não comprometa os ganhos de produção alcançados. A evolução dos rendimentos na última campanha é um indicador relevante, mas a sua sustentabilidade dependerá também da relação entre os preços recebidos, os custos de produção e a capacidade das famílias de manter os cajueiros em condições produtivas.

Impacto do contrabando
Enquanto o país procura aumentar a produção e melhorar as condições dos produtores, uma parte da riqueza gerada pela castanha continua a escapar ao circuito legal, com consequências para a arrecadação fiscal

e para o funcionamento do mercado. De acordo com dados oficiais, nos últimos três anos Moçambique contabilizou 35 mil toneladas de castanha de caju exportadas ilegalmente, uma prática que terá causado perdas de cerca de 457 milhões de meticais em receitas fiscais. Perante a dimensão do fenómeno, o ministro da Agricultura, Ambiente e Pescas, Roberto Mito Albino, defendeu recentemente uma resposta mais severa ao contrabando, argumentando que a prática não deve continuar a ser tratada apenas como uma infracção administrativa.



**Ilegalmente exportadas
em três anos**



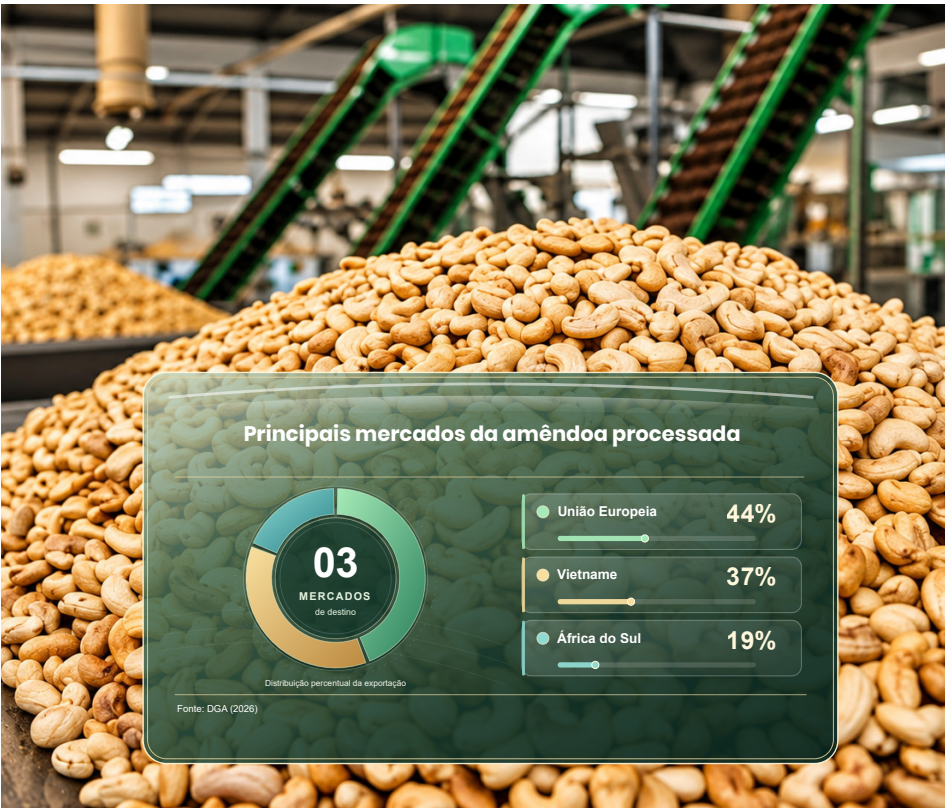
“Eu defendo que, se nós queremos acabar com o contrabando, temos que deixar de tratar os contrabandistas como apenas infractores administrativos, temos que criminalizar”, declarou Roberto Albino perante operadores da cadeia de valor da castanha. Entre as medidas apontadas para combater o fenómeno está a digitalização das operações ao longo da cadeia de comercialização. A utilização de plataformas digitais poderá reforçar a rastreabilidade das transacções e facilitar o controlo dos fluxos comerciais, desde que acompanhada por mecanismos eficazes de fiscalização e cumprimento das regras. O contrabando representa, assim, um duplo desafio: retira operações do circuito formal e limita a capacidade do Estado de arrecadar receitas que poderiam contribuir para financiar serviços públicos e apoiar o desenvolvimento económico. A dimensão do problema exige, por isso, avaliar não apenas as perdas fiscais, mas também a eficácia das medidas destinadas a tornar a comercialização mais transparente

Produzir muito, transformar pouco. A recuperação da produção contrasta com a fragilidade da indústria nacional de processamento. Moçambique ocupa a sétima posição entre os produtores mundiais desta amêndoa, mas apenas a décima entre os países processadores. A situação das fábricas ajuda a perceber esta diferença. Dados oficiais indicam que das sete empresas de processamento que até 2019 operavam no país, seis estão actualmente encerradas, estando apenas uma, a Permacashews, em funcionamento. O encerramento da maioria destas unidades, determinada por razões de capitalização, reduz a capacidade nacional de transformar a castanha e limita as oportunidades de criação de emprego industrial e de retenção de maior valor acrescentado no país. Em vez de alimentar uma indústria nacional, uma parte significativa da produção continua a seguir o caminho da exportação em bruto. Na campanha 2025/26, os dados do IAM indicam que 84.726 toneladas foram destinadas ao aprovisionamento de exportadores e 39.870 toneladas à indústria. Outras 55 mil toneladas foram associadas ao sector informal, sete (7) mil ao comércio transfronteiriço com a Tanzânia e 17.791 toneladas ficaram classificadas como tendo destino incerto.



Produzir muito, transformar pouco. A recuperação da produção contrasta com a fragilidade da indústria nacional de processamento. Moçambique ocupa a sétima posição entre os produtores mundiais desta amêndoa, mas apenas a décima entre os países processadores. A situação das fábricas ajuda a perceber esta diferença. Dados oficiais indicam que das sete empresas de processamento que até 2019 operavam no país, seis estão actualmente encerradas, estando apenas uma, a Permacashews, em funcionamento. O encerramento da maioria destas unidades, determinada por razões de capitalização, reduz a capacidade

nacional de transformar a castanha e limita as oportunidades de criação de emprego industrial e de retenção de maior valor acrescentado no país. Em vez de alimentar uma indústria nacional, uma parte significativa da produção continua a seguir o caminho da exportação em bruto. Na campanha 2025/26, os dados do IAM indicam que 84.726 toneladas foram destinadas ao aprovisionamento de exportadores e 39.870 toneladas à indústria. Outras 55 mil toneladas foram associadas ao sector informal, sete (7) mil ao comércio transfronteiriço com a Tanzânia e 17.791 toneladas ficaram classificadas como tendo destino incerto.



Gergelim moçambicano reforça posição nos mercados europeu e japonês



Gergelim moçambicano passa nove meses sem rejeições nos mercados da União Europeia e no Japão.

Moçambique exportou, entre Janeiro e Setembro do corrente ano, 6.400 toneladas para os dois mercados sem registo de qualquer rejeição, reforçando os padrões de qualidade e conformidade com as exigências impostas para a exportação naquelas praças. De acordo com dados oficiais, entre Janeiro e Setembro, o país enviou para os dois mercados um total de 6.400 toneladas, em 64 lotes, sem registo de não conformidades que levassem à sua rejeição. De acordo com a nossa fonte, “o resultado representa uma melhoria face aos últimos anos”. “Nos três anos anteriores, foram registadas 14 rejeições de lotes de gergelim de origem moçambicana nos dois mercados”, indica. No conjunto das exportações, Moçambique comercializou 48.915 toneladas de gergelim no período em

análise, sem registo de devoluções. O desempenho das exportações moçambicanas é associado ao reforço dos mecanismos de controlo da qualidade e de rastreabilidade, incluindo a certificação digital pré-embarque, implementada pelo Governo através do Instituto do Algodão e Oleaginosas de Moçambique (IAOM, IP), e o acompanhamento das operações através da Janela Única Electrónica (JUE). Segundo informações oficiais, estes mecanismos procuram assegurar que os produtos cumprem os requisitos exigidos pelos mercados de destino e permitem acompanhar as operações de exportação. “A manutenção deste resultado será importante para consolidar a presença do gergelim moçambicano em mercados internacionais e reduzir o risco de perdas comerciais decorrentes de rejeições”, salienta uma fonte do MAAP.

Produtores da Moamba pedem protecção contra batata importada

Os produtores de batata-reno do distrito da Moamba, província de Maputo, pediram, esta quarta-feira, ao Governo a adopção de medidas de protecção do mercado nacional, para garantir a sustentabilidade da produção agrícola face à forte concorrência dos produtos importados da vizinha África do Sul. O pedido foi recentemente apresentado ao governo, durante o arranque oficial da campanha de colheita da batata-reno. “O mercado está dominado pelos produtos sul-africanos e precisamos de políticas que rectifiquem isso e comecem a dar prioridade aos agricultores nacionais”, afirmou Vieira Lino, gestor da exploração agrícola Boa Horta, uma das maiores farmas que opera na Moamba. Segundo os produtores, a concorrência dos produtos importados leva, por vezes, à deterioração da produção nacional, que não consegue encontrar compradores no mercado. A situação, afirmam, reduz os rendimentos dos agricultores e desincentiva o investimento na produção local. Os produtores defendem, por isso, a adopção de medidas aduaneiras que permitam regular as importações nos períodos de pico da produção nacional, de modo a assegurar o escoamento da batata-reno produzida no país. Em resposta, o ministro Roberto Mito Albino, que visitou aquela farma, afirmou que o Governo está atento às preocupações dos produtores e que pretende encontrar soluções para garantir maior espaço aos produtos nacionais no mercado. “Dentro da política que estamos a adoptar, temos que encontrar soluções de gestão do mercado para que, de facto, o produto nacional tenha prioridade”, declarou o governante, em contacto com a imprensa. “Não estamos a falar de fechar as importações só por fechar, mas tem que haver uma janela em que o produto nacional deve ter prioridade. Quando houver escassez, por algum motivo, podemos abrir as importações para suplementar aquilo que estiver a faltar para o abastecimento do nosso mercado”, esclareceu. O ministro reiterou, igualmente, a necessidade de aumentar a produção nacional, considerando-a uma das condições para concretizar o compromisso recentemente assumido com os produtores da província de Gaza, que prevê assegurar, até finais de 2027, o abastecimento pleno do mercado da região Sul do país com hortícolas produzidos localmente.

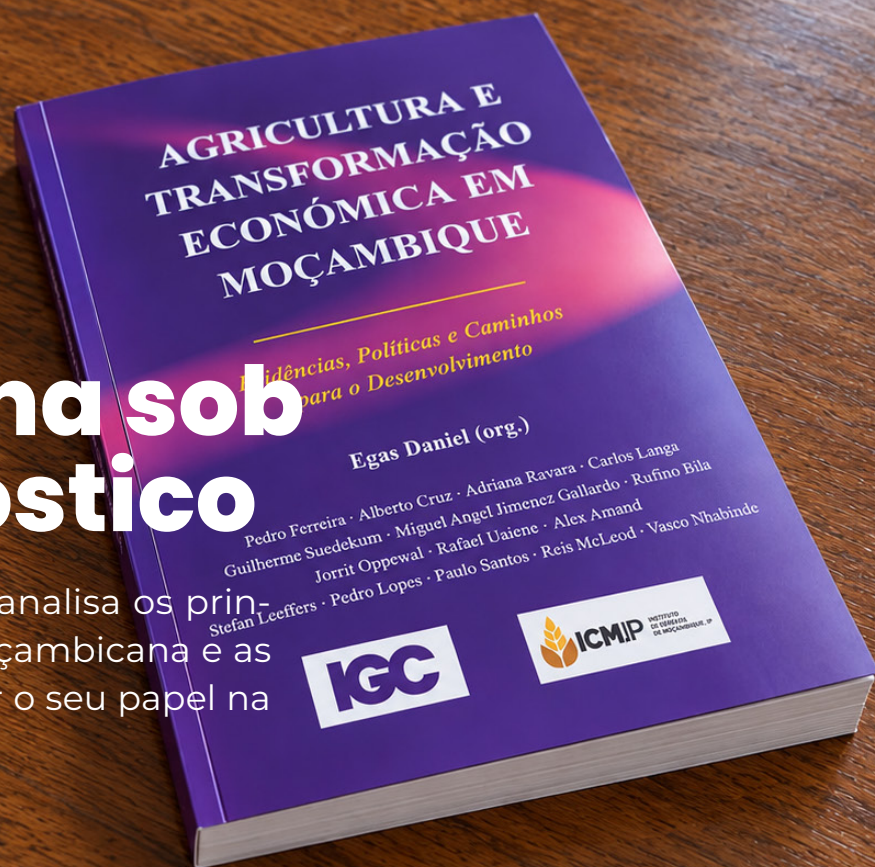


Sector pesqueiro abre portas para mais de 2500 jovens empreendedores

Um total de 2.650 jovens (metade dos quais mulheres) de 38 distritos nacionais vão beneficiar de formação profissional e kits de trabalho para o desenvolvimento de actividades de empreendedorismo nas áreas das pescas e da aquacultura. A iniciativa, denominada Programa de Empreendedorismo Juvenil do Sector das Pescas, foi lançada nestas meses (Outubro) e pretende ampliar as oportunidades de emprego e auto-emprego, com prioridade para jovens das comunidades rurais das províncias de Nampula, Zambézia, Niassa, Cabo Delgado, Tete, Manica, Sofala e Inhambane. O programa, apoiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), prevê formação em aquacultura e cadeia de valor da pesca, incluindo cursos complementares de refrigeração e electricidade instaladora. De acordo com uma fonte oficial, no final da formação, cada beneficiário receberá um kit de trabalho para facilitar o início de uma actividade económica por conta própria e criar condições para a geração de emprego. Ainda segundo a nossa fonte, a iniciativa pretende também estimular o envolvimento do sector privado na disponibilização de estágios profissionais e oportunidades de primeiro emprego, de modo a facilitar a integração dos jovens no mercado de trabalho. Segundo o secretário de Estado do Mar e Pescas, Momade Arnaldo Juízo, que falava na cerimónia de lançamento da iniciativa, o impacto do programa deverá ser medido pela criação efectiva de negócios e postos de trabalho. “Que daqui a um ano, quando voltarmos aqui, não contemos quantos jovens formámos. Contemos quantas oficinas abriram, quantos tanques e gaiolas de criação de peixe, quantos empregos surgiram”, afirmou. Por sua vez, a directora do FIDA em Moçambique, Joana Keitaanranta, afirmou que o programa pretende preparar os jovens não apenas para o acesso ao emprego, mas também para a criação de empresas e oportunidades de trabalho para outras pessoas. A iniciativa enquadra-se nos esforços de promoção do empreendedorismo juvenil e de reforço da participação dos jovens no desenvolvimento da economia azul em Moçambique.

Agricultura Moçambicana sob Novo Diagnóstico

Uma nova colectânea de estudos analisa os principais bloqueios da agricultura moçambicana e as condições necessárias para reforçar o seu papel na transformação económica do país.



Texto: Bernardo Mbembele Jr

A estagnação da produtividade agrícola ao longo das últimas três décadas constitui um dos principais obstáculos à transformação estrutural da economia moçambicana, segundo investigadores reunidos na obra *Agricultura e Transformação Económica em Moçambique: Evidências, Políticas e Caminhos para o Desenvolvimento*, apresentada esta quarta-feira, na cidade de Maputo. A publicação reúne trabalhos de 16 autores, entre investigadores nacionais e estrangeiros, quadros do Estado e especialistas de diferentes áreas, e resulta de um processo de investigação desenvolvido ao longo de quase uma década, sob a coordenação do International Growth Centre (IGC). Na apresentação da obra, o economista Egas Daniel, co-autor e organizador da colectânea, explicou que a investigação procura responder a uma questão central: “como transformar a agricultura num motor de produtividade, segurança alimentar, industrialização, emprego e desenvolvimento económico?” Daniel defendeu que o aumento da produtividade agrícola deve constituir o ponto de partida para uma transformação económica capaz de impulsionar a industrialização, gerar emprego e diversificar a economia nacional. “Finalmente apresentamos uma agenda de transformação agrária que assumimos como ponto de partida, a agricultura como o sector que depois vai engendrar o processo de transformação

estrutural da economia”, afirmou o economista, alertando que Moçambique não regista avanços significativos neste processo há cerca de 30 anos. Segundo Daniel, a transformação estrutural pressupõe uma redução gradual do peso da agricultura de baixa produtividade no emprego, acompanhada pelo crescimento de sectores como a indústria transformadora e os serviços, capazes de gerar maior valor acrescentado e absorver mão-de-obra. “Se a transformação estrutural significa isso, nos últimos anos em Moçambique não houve alteração”, afirmou, apontando a evolução da produtividade agrícola como um dos indicadores que ajudam a explicar esta situação. O economista destacou que, ao contrário do que se observa noutros países da África Subsaariana, Moçambique não tem registado uma tendência consistente de aumento da produtividade dos cereais por hectare, nem do valor acrescentado da agricultura por trabalhador. Para Daniel, esta evolução limita a capacidade da agricultura de gerar rendimentos e excedentes que estimulem o consumo, o investimento e o desenvolvimento de outras actividades económicas. “Do ponto de vista teórico, para que a economia se transforme, é preciso aumentar a produtividade. Quando aumento a produtividade, dou mais rendimento a quem produz, reduzindo o consumo de produtos primários, permitindo a existência do excedente de rendimento e estimulando o consumo

de produtos manufacturados”, explicou. O economista considera que a manutenção de baixos níveis de produtividade dificulta igualmente a transferência de trabalhadores da agricultura para outros sectores da economia, perpetuando a dependência de actividades de subsistência e limitando a diversificação económica. “Enquanto a produtividade não aumentar, não haverá excedente de produção, não haverá a tendência de migração dos trabalhadores da agricultura para outros sectores. Simplesmente, quem produz pouco continuará assim porque não tem alternativa”, afirmou Daniel, acrescentando que esta dinâmica contribui para manter a economia bloqueada. Para inverter este cenário, o economista defendeu o aumento da produtividade agrícola através da remoção dos principais constrangimentos que afectam o sector, nomeadamente o transporte, o acesso ao crédito, a terra, os seguros e o funcionamento do mercado de trabalho. Daniel sublinhou que estas restrições devem ser enfrentadas de forma simultânea para criar condições favoráveis à transformação agrária e ao desenvolvimento económico. A colectânea apresenta, assim, uma agenda de transformação agrária orientada para a identificação dos obstáculos à produtividade e para a definição de políticas capazes de reforçar o papel da agricultura na diversificação da economia moçambicana.

RÁDIO +AGRO

 **Conectando a Terra e o Meio Ambiente** 

sintonize-nos online em:



<https://maisagro.revistaterraonline.com>



sintonize-nos e seja
actor activo
no desenvolvimento
agro-ambiental do país.



INFORMAÇÃO
DE QUALIDADE



EDUCAÇÃO
AGRO-AMBIENTAL



PRÁTICAS
SUSTENTÁVEIS



COMUNIDADE
E PARTICIPAÇÃO

Quando a terra deixa de responder: a negligência ambiental que transforma regadios em desertos produtivos

Em Boane e Namaacha, distritos que desde sempre simbolizam o potencial agrícola de Maputo, a terra está a perder a voz. Campos que produziam milho, hortícolas e frutas com regularidade hoje apresentam solos exaustos, compactados e quase estéreis. O caso dos regadios da Massaca e de Mafuiane, entre muitos outros pelo país, é emblemático: o uso continuado e inadequado de fertilizantes químicos e de outros produtos agroquímicos transformou áreas irrigadas, outrora férteis, em espaços de baixa ou nula produtividade. Esta não é apenas uma questão técnica; é o resultado de uma negligência ambiental generalizada, que envolve pequenos, médios e grandes produtores e exige respostas urgentes, simples e colectivas.



Leonel Manguele

Eng. Agrónomo e Consultor
em Agronegócios

Coordenador técnico da
CliGo Lda

prática agrícola nestes distritos, tal como em outras partes do país, tem sido marcada por uma lógica de curto prazo. Pequenos produtores, pressionados pela necessidade de sobreviver, aplicam fertilizantes sem análise de solo e em doses excessivas, acreditando que “quanto mais, melhor”. Os médios e grandes produtores, por sua vez, muitas vezes priorizam o volume de produção e a rentabilidade imediata, recorrendo a agroquímicos de forma intensiva e sem rotação adequada de culturas ou práticas de conservação. O resultado é visível: salinização, acidificação, perda de matéria orgânica e morte da vida microbiana do solo. Nos regadios da Massaca e de Mafuiane, a irrigação mal gerida, combinada com o uso excessivo de produtos químicos, pode ter acelerado o processo de degradação. A água, que deveria ser uma aliada, tornou-se um veículo de contaminação e de lixiviação de nutrientes. A fertilidade natural foi substituída por uma dependência química que, a médio prazo, esgotou a capacidade produtiva da terra. Esta negligência não é exclusiva de um grupo. Ela atravessa escalas. O pequeno produtor age por falta de conhecimento e por acesso insuficiente à assistência técnica. O médio e o grande, muitas vezes, por cálculo económico que ignora

os custos ambientais futuros. Em ambos os casos, o solo é tratado como recurso infinito, e não como capital natural limitado. Quando a terra deixa de produzir, todos perdem: o agricultor, a comunidade, o mercado e as gerações futuras. É possível inverter este caminho com soluções simples, eficazes e adaptadas a cada escala de produção. Para os pequenos produtores, a prioridade deve ser a análise básica do solo (mesmo que feita de forma colectiva e de baixo custo), a introdução de adubação orgânica (compostagem, esterco bem curtido e restos de culturas) e a rotação de culturas com leguminosas, que fixam azoto de forma natural. Técnicas como cobertura morta (mulching) e plantio em curva de nível reduzem a erosão e conservam a humidade com investimentos mínimos. Para os médios produtores, a transição pode incluir a integração de fertilizantes químicos com orgânicos (adubação organomineral), a monitorização periódica da fertilidade e a adopção de sistemas agroflorestais em parte da área. Já os grandes produtores têm capacidade e responsabilidade de investir em agricultura de precisão, em análise regular de solo e água, em sistemas de irrigação mais eficientes e em áreas de conservação dentro das próprias explorações. Em todos os casos, a redução gradual da dependência exclusiva de químicos

e a valorização da matéria orgânica são caminhos acessíveis e comprovados. Quando as questões ambientais são devidamente respeitadas, a agricultura deixa de ser fonte de conflito e passa a conviver de forma harmoniosa com outras actividades sociais. Solos saudáveis e águas limpas permitem que a produção agrícola coexista com o turismo rural, a pesca, as áreas residenciais e as práticas comunitárias, sem gerar contaminação ou degradação que afete a qualidade de vida das populações. Esta harmonia promove o bem-estar social: famílias com terra fértil e produtiva têm maior segurança alimentar, rendimentos mais estáveis e melhores condições de saúde. Reduzem-se as tensões pelo acesso a recursos, fortalece-se o tecido social e cria-se um ambiente propício ao desenvolvimento local sustentável. Recuperar a fertilidade dos solos degradados pela prática humana não significa apenas voltar a produzir; significa devolver às comunidades a possibilidade de viver em equilíbrio com o meio que as sustenta. Nenhuma destas soluções terá sucesso se for vista como responsabilidade exclusiva do produtor. As comunidades locais precisam de ser mobilizadas: grupos de agricultores podem organizar compostagem colectiva, trocar sementes de leguminosas e monitorar conjuntamente a qualidade dos solos. Os produtores, de todas as escalas, devem assumir o compromisso de aprender e aplicar práticas sustentáveis, reconhecendo que a pro-

“

Nos regadios da Massaca e de Mafuiane, a irrigação mal gerida, combinada com o uso excessivo de produtos químicos, pode ter acelerado o processo de degradação.

ductividade a longo prazo depende da saúde da terra. O Governo tem o dever de reforçar a extensão rural, disponibilizar análises de solo a preços acessíveis, regulamentar o uso de agroquímicos e criar incentivos (crédito, subsídios ou assistência técnica) para quem adopte práticas de conservação. Os meios de comunicação social têm um papel fundamental na sensibilização: denunciar os casos de degradação, dar voz aos agricultores que já praticam agricultura sustentável e explicar, de forma clara, os riscos do uso excessivo de químicos. Outros intervenientes — universidades, organizações não governamentais, empresas de insumos e instituições financeiras — devem contribuir com pesquisa aplicada, formação técnica e linhas de crédito que premiem a sustentabilidade. Os solos dos regadios da Massaca e de Mafuiane, assim como os de outros lugares do país, não estão condenados. Ele está a pedir uma mudança de atitude. Continuar a negligenciar a dimensão ambiental da agricultura é escolher o caminho da improdutividade e da pobreza. Optar por práticas simples, baseadas no conhecimento e na responsabilidade colectiva, é escolher a regeneração. A terra responde a quem a trata com respeito. Cabe agora a todos — produtores, comunidades, Governo, meios de comunicação social e demais intervenientes — decidir se queremos campos vivos ou campos esgotados.



PROGRAMA

Mais AGRO

Conectando a Terra e o Meio Ambiente

AGRICULTURA | SUSTENTABILIDADE | INOVAÇÃO

 **YouTube** | Acompanhe o programa **Mais Agro** no YouTube



Justino Mondlane

Técnico de Mecanização
Agrária

“

O Governo deveria fornecer sementes resistentes à seca, como a mapira, a mexoeira e a soja; divulgar espécies de milho de curto período vegetativo, como a R20; e divulgar formas de conservação de folhas, legumes, tubérculos e outro tipo de vegetais.

Impacto e previdência do El Niño

Já era sabido pelos diversos órgãos governativos que, no decurso do ano agrícola 2026/2027, teríamos os efeitos nefastos das temperaturas extremas, resultantes dos impactos do fenómeno El Niño. O estio prolongado ou a possibilidade de chuvas torrenciais viria a provocar bolsas de fome, sobretudo na zona sul do país. No contexto, o Presidente da República, Daniel Francisco Chapo, em reconhecimento do problema que se avizinha, veio a público informar os moçambicanos sobre os efeitos que poderão advir do já propalado El Niño. E, para fazer face aos dias difíceis que os produtores, assim como a maioria das famílias moçambicanas, cuja base de subsistência está na agricultura, poderão enfrentar, o Governo moçambicano disponibilizou cerca de 76 milhões de dólares para serem alocados às populações. Ora, não se ouviu o Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas a dar alguma directriz para prevenir os efeitos negativos deste fenómeno natural. Em nosso entendimento, deviam divulgar-se medidas de prevenção, entre elas a conservação doméstica de vários alimentos, o uso de sementes de curto período vegetativo e de espécies resistentes à seca. A base alimentar do povo moçambicano, no que concerne aos cereais, é o milho e o arroz, espécies pouco resistentes à seca. O Governo deveria fornecer sementes resistentes à seca, como a mapira, a mexoeira e a soja; divulgar espécies de milho de curto período vegetativo, como a R20; e divulgar formas de conservação de folhas, legumes, tubérculos e outro tipo de vegetais. Nas zonas rurais, sobretudo na região sul do país, apesar de já ser uma técnica esquecida, era comum a secagem de folhas à sombra. Folhas de couve, feijão-nhemba, cacana, abóbora, mandioqueira, cogumelos e outras serviam de provisão para os períodos de bolsas de fome. A mandioca tem sido um grande recurso,

podendo ser descascada e secada ao sol para posterior farinação. Também pode ser ralada para o fabrico da tapioca, iguaria muito consumida em muitos pontos do país, principalmente na província de Inhambane. Tubérculos como a batata-doce e o inhame podem ser cortados em rodela, secos ao sol e posteriormente conservados por muitos meses. A cebola vermelha é apropriada para conservação em fumeiros, atada em molhos. Mesmo o pimento e o tomate podem ser cortados em rodela e secos ao sol para posteriormente serem farinados. Nas zonas urbanas e suburbanas, é comum as donas de casa fazerem conservas de tomate e de diversas frutas, guardando-as em geleiras como provisão para fazer face ao período de escassez. Nas zonas rurais, há previsão de falta de ervas frescas para o pasto dos animais. Os criadores de gado bovino, caprino e de outros animais devem ter sempre o cuidado de reservar as forragens, aproveitando as ervas existentes neste período que antecede o estio. É preciso construir tanques para a conservação de água para o abeberamento do gado. Nas zonas vizinhas de rios ou ribeiros periódicos, os governos locais deveriam construir pequenas represas e tanques para a conservação da água com o mesmo objectivo. Nas ditas cinturas verdes que circundam as zonas urbanas, por exemplo, Mahotas e Mulauze, na cidade de Maputo, estas deviam ser mais valorizadas, criando-se meios de mecanização da produção agrícola com recurso a motocultivadores e condições de conservação de alimentos frescos, mormente vegetais, produzidos em abundância naqueles locais. Isto não só ajudaria a assegurar o abastecimento dos mercados da capital e circunvizinhos, mas igualmente garantiria o aprovisionamento para os momentos de carência, como é o caso do período que se aproxima, influenciado pelo fenómeno El Niño.



Dionísio Marendiuraye

Extensionista Agrário | Agronegócio | Autor de “MARENDIURAYE (Dinheiro Me Mate)”
O Caminho Ideal para a Ressurreição da Liberdade Financeira.

“

Dados divulgados pela FAO e pelas instituições moçambicanas, em Setembro de 2026, mostram ainda uma situação alimentar preocupante, com milhões de pessoas afectadas ou em risco de insegurança alimentar na região. Por isso, a campanha agrícola não deve ser preparada apenas quando a seca já estiver instalada

Os desafios do agronegócio em Moçambique: a evolução do El Niño e os alertas para o sector agrícola

Introdução

Moçambique é um país profundamente ligado à agricultura. Mais de 70% da população depende deste sector, que continua a desempenhar um papel fundamental na alimentação, no emprego e na geração de renda. Mas falar de agricultura hoje já não significa falar apenas de produzir. É preciso produzir para combater a fome, a pobreza e criar condições para alcançar a liberdade financeira. É daí que entra o agronegócio, que envolve toda uma cadeia: acesso a insumos, assistência técnica, financiamento, produção, armazenamento, transporte, transformação, comercialização e acesso aos mercados. Neste contexto, a campanha agrícola 2026/27 surge acompanhada de alerta: a evolução prevista do El Niño poderá trazer condições de seca para o Sul e Centro de Moçambique e riscos de cheias no Norte. Perante este cenário, a pergunta não deve ser apenas “o que faremos quando a crise chegar?”, mas, sobretudo: “O que estamos a fazer agora, enquanto ainda há tempo?”

1. OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO EM MOÇAMBIQUE

- 1.1. A baixa produtividade e insuficiência de sistemas de rega. Este continua sendo um dos maiores desafios. Grande parte da produção depende da chuva e muitos pequenos produtores têm acesso limitado a tecnologias, insumos, financiamento e assistência técnica.
- 1.2. A baixa assistência técnica aos produtores é outro desafio importante. Muitos produtores continuam sem acompanhamento regular para melhorar as suas práticas de produção, gestão, controlo de pragas e doenças, conservação de recursos, comercialização e adaptação às mudanças climáticas. Sem conhecimento e acompanhamento técnico, o acesso a sementes, fertilizantes ou outros insumos nem sempre se transforma em maior produtividade e rendimento.
- 1.3. Outro desafio é a dificuldade de acesso ao financiamento. Muitos agricultores e pequenos empreendedores não possuem garantias suficientes para conseguir crédito.
- 1.4. Deficiências de infraestruturas,

armazenamento e transporte. Estradas em más condições, falta de armazenamento e dificuldades de transporte podem fazer com que uma boa produção não se transforme necessariamente numa boa renda para o produtor.

1.5. Dificuldades de acesso aos mercados e comercialização. Produzir é importante, mas produzir sem conseguir chegar ao mercado lucrativo e compensatório para vender de forma justa pode manter o agricultor na pobreza. Também há situações de processos burocráticos para o escoamento que não olham para os custos de produção.

1.7. Vulnerabilidade às mudanças climáticas. É a razão deste artigo. Por isso, o desenvolvimento do agronegócio precisa olhar para toda a cadeia e não apenas para a machamba.

2. EL NIÑO: UM ALERTA PARA A CAMPANHA 2026/27

As previsões para o El Niño 2026/27 exigem atenção. A FAO alertou para a possibilidade de um dos episódios mais fortes registados desde o ano de 1950, com condições de seca previstas para o Sul e Centro de Moçambique e risco de cheias no Norte. Os efeitos podem atingir directamente a produção agrícola, a pecuária, os recursos hídricos e os meios de subsistência das famílias. Dados divulgados pela FAO e pelas instituições moçambicanas, em Setembro de 2026, mostram ainda uma situação alimentar preocupante, com milhões de pessoas afectadas ou em risco de insegurança alimentar na região. Por isso, a campanha agrícola não deve ser preparada apenas quando a seca já estiver instalada. A preparação começa antes. É necessário reforçar sistemas de aviso prévio, sementes adaptadas, conservação de água, protecção do gado, assistência técnica e mecanismos de apoio às famílias mais vulneráveis.

3. NÃO DEVEMOS ESPERAR PELA PERDA PARA COMEÇAR A AGIR.

Uma das grandes mudanças necessárias é passar de uma cultura de reacção para uma cultura de antecipação. Quando

esperamos pela perda da produção para começar a agir, muitas vezes já perdemos o investimento, o rendimento e a capacidade da família recuperar rapidamente. A acção antecipada procura exactamente evitar isso. A FAO e outros parceiros têm defendido mecanismos que permitem actuar antes que os impactos mais graves aconteçam. Em Moçambique, já existem protocolos de acção antecipada destinados a responder aos riscos climáticos. A lógica é simples: a previsão só tem valor quando consegue transformar-se em decisão. Preparar custa dinheiro. Mas não preparar também custa e, pela experiência, custa sempre muito mais.

4. A RESILIÊNCIA AGRÍCOLA COMEÇA NO CONHECIMENTO. No meu livro MARENDIURAYE (Dinheiro Me Mate), com o subtítulo “O Caminho Ideal para a Ressurreição da Liberdade Financeira”, a agricultura aparece também como uma escola de paciência, disciplina e resiliência. Como escrevo: “A colheita exige paciência, cuidado e respeito pelo processo.” O agricultor sabe que não pode abandonar a machamba porque encontrou uma dificuldade. Precisa identificar o problema, procurar conhecimento, encontrar soluções e continuar. O mesmo princípio aplica-se aos grandes desafios climáticos. O El Niño não é uma praga agrícola, mas é uma adversidade que pode atingir a nossa “produção”. E uma sociedade resiliente não espera simplesmente que a adversidade chegue. Prepara-se para atravessá-la.

5. DO AGRICULTOR AO AGRONEGÓCIO.

Precisamos também de mudar a forma como olhamos para o agricultor. O agricultor não deve ser visto apenas como alguém que produz alimentos. Ele pode ser também um empreendedor agrícola, capaz de transformar produção em rendimento, rendimento em poupança e poupança em património. Isso exige conhecimentos de produção, custos, comercialização, gestão, poupança e investimento. Uma boa colheita pode alimentar uma família hoje. Mas uma boa gestão dessa colheita pode ajudar a construir a segurança financeira da família amanhã. Produzir é fundamental. Mas produzir não é necessariamente fazer agronegócio. O agricultor pode produzir e não fazer nenhum agronegócio. É aqui que a educação financeira encontra o agronegócio.

6. O MODELO 25³: COMEÇAR PEQUENO, MAS COMEÇAR.

Um dos exemplos apresentados no livro é o Modelo 25³: 25 produtos × 25 MT de lucro × 25 dias = 15.625 MT. Mas o verdadeiro ensinamento do modelo não está apenas na matemática. Ele mostra que o pequeno pode tornar-se grande, que a disciplina vence a improvisação e que a consistência pode transformar pequenas oportunidades em crescimento. O próprio modelo pode evoluir: 25 × 25 × 25 □ 50 × 25 × 25 □ 100 × 50 × 25. O importante é começar, aprender, reinvestir e crescer. No agronegócio, o mesmo princípio pode ser aplicado à produção, transformação, comercialização e prestação de serviços. Não é necessário começar grande. É necessário começar de forma organizada.

7. DIVERSIFICAR PARA REDUZIR A VULNERABILIDADE.

O agricultor que depende de uma única cultura, de uma única fonte de rendimento ou de um único mercado fica mais vulnerável. A diversificação pode significar consorciar culturas, integrar agricultura e pecuária, transformar produtos, comercializar, prestar serviços ou desenvolver outras actividades geradoras de rendimento. Quando uma fonte falha, outra pode ajudar a sustentar a família. Esta lógica está directamente ligada a um dos pilares do Marendiurayelismo: a diversificação das fontes de renda. Num contexto de mudanças climáticas, diversificar não é apenas uma estratégia financeira. Pode ser também uma estratégia de sobrevivência.

8. “VENDER SEM ENSINAR É PERPETUAR A POBREZA”

Existe ainda um elemento fundamental: o conhecimento. No livro, defendo uma ideia simples: “Vender sem ensinar é perpetuar a pobreza.” Não basta entregar sementes, fertilizantes ou outros insumos. É necessário garantir que o produtor saiba utilizar correctamente esses recursos, compreender os riscos, calcular custos, melhorar a produção e encontrar melhores oportunidades de mercado. É aqui que a Extensão Agrária assume um papel fundamental. Os extensionistas agrários, incluindo os profissionais organizados da ANEA, devem redobrar os esforços para garantir a assistência técnica contínua e adequada, capaz de incentivar o agronegócio. Os extensionistas devem estar próximos do produtor, não apenas para transmi-

tir técnicas agrícolas, mas para ajudar a transformar conhecimento em produção, produção em rendimento e rendimento em desenvolvimento económico.

9. O PAPEL DO ESTADO: CRIAR CONDIÇÕES PARA A RESILIÊNCIA O Estado não precisa produzir tudo. Precisa criar condições para que os Extensionistas garantam a assistência técnica adequada, de modo a criar condições para que produtores e empresas possam produzir melhor. Como defendo no Capítulo 24 do livro: “O Estado deve ser uma ponte, não uma barreira.” No actual contexto climático e dentro do agronegócio, isso significa investir em estradas, água, armazenamento, investigação, extensão rural, sistemas de aviso prévio, financiamento, mercados e políticas que incentivem a actividade produtiva. Significa também reduzir burocracias desnecessárias e criar um ambiente em que o agricultor, o empreendedor e o agronegócio possam fluir com eficiência, e garantir que os recursos destinados à população cheguem efectivamente às comunidades de que necessitam. Quando o Estado ajuda uma família a produzir riqueza, não está apenas a ajudar uma família. Está a contribuir para a economia, para o emprego e para o desenvolvimento do país.

Conclusão

O agronegócio moçambicano enfrenta desafios enormes, mas também possui enormes oportunidades. O El Niño 2026/27 deve ser encarado como um alerta, não apenas para o Governo, mas para agricultores, extensionistas, empresas, instituições financeiras, comerciantes e comunidades. Precisamos preparar melhor as nossas machambas, diversificar as fontes de rendimento, investir no conhecimento, melhorar a gestão e agir antes que a crise se transforme em desastre. É neste ponto que o Marendiurayelismo encontra o agronegócio: trabalho, conhecimento, disciplina, resiliência, ética e capacidade de transformar esforço em liberdade. A agricultura precisa produzir mais, mas também precisa transformar produção em rendimento, rendimento em património e adversidade em resiliência. A montanha está à nossa frente. A colheita espera por nós. Mas, diante dos desafios que temos pela frente, já não basta olhar para a montanha. É preciso começar a caminhar. O momento de caminhar é agora.

TABELA DE PUBLICIDADE

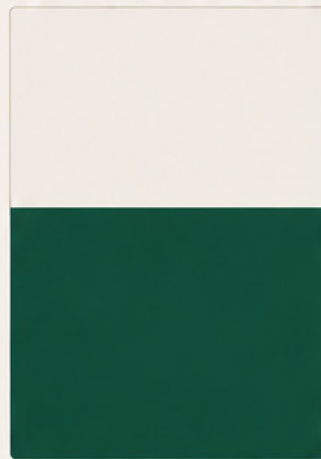
PÁGINA



IMPAR/PAR
37.500 MT + IVA

21cm X 27,5cm
Bleed 3 mm

1/2 PÁG (HORIZONTAL)



IMPAR/PAR
24.000 MT + IVA

13,75cm X 21cm
Bleed 3 mm

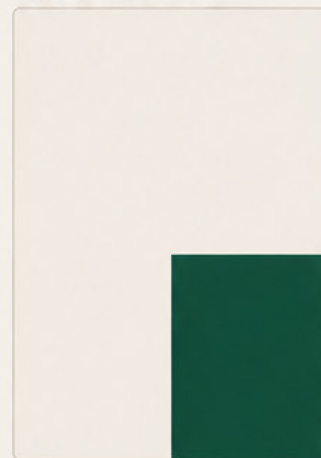
1/2 PÁG (VERTICAL)



IMPAR/PAR
24.000 MT + IVA

10,5cm X 27,5cm
Bleed 3 mm

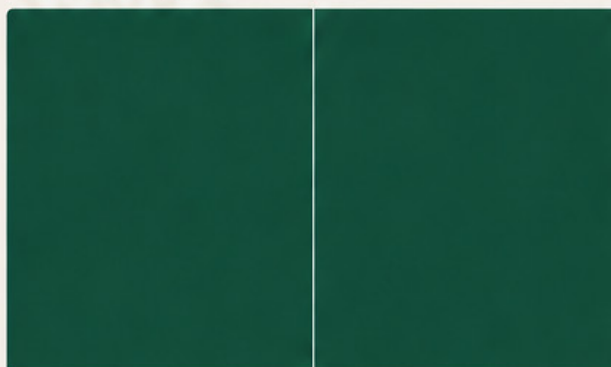
1/4 DE PÁGINA ¼



IMPAR/PAR
13.500 MT + IVA

10,5cm X 13,75cm
Bleed 3 mm

PÁGINA DUPLA



57.000 MT + IVA

27,5cm X 42cm
Bleed 3 mm



Cada inserção na revista impressa
ganha 1 mês de publicidade na nossa webpage.



Para onde aponta a nova visão legislativa do ambiente?

O governo deverá, em breve, avançar com uma nova visão para responder aos desafios climáticos no país, através de medidas legislativas actualmente em fase de harmonização. A Revista Terra traz a seguir as linhas gerais com que se pretende cozer a futura legislação que aponta no sentido de colocar o clima, as comunidades e a responsabilidade no centro da governação da governação ambiental.

Texto: William Mapote



Moçambique poderá passar a ter um quadro legal ambiental mais abrangente, com maior peso das mudanças climáticas, da protecção dos ecossistemas e da participação das comunidades na gestão dos recursos naturais. Este é um dos principais aspectos propostos no Anteprojecto da Lei do Ambiente, cuja versão preliminar consultada pela Revista Terra, deverá, em breve, ser avaliada ao nível do Conselho de Ministros. A proposta estabelece como princípio que “todo o cidadão tem o direito de viver num ambiente e clima equilibrado, seguro e favorável à saúde e ao bem-estar”, atribuindo simultaneamente aos cidadãos o dever de defender e conservar esse ambiente para as gerações presentes e futuras. Mais do que reconhecer o direito a um ambiente saudável, o anteprojecto procura ligá-lo directamente à resposta aos impactos climáticos. O Estado deverá adoptar medidas de protecção dos cidadãos contra os efeitos adversos das mudanças climáticas e assegurar que o planeamento público e os investimentos privados não comprometam a resiliência das comunidades nem a integridade dos sistemas climáticos.

O clima no planeamento local

Uma das mudanças de maior alcance está na proposta de integrar a acção climática nos processos de desenvolvimento local. O texto determina que as províncias, distritos e autarquias deverão elaborar planos de adaptação às mudanças climáticas, baseados na identificação e avaliação dos riscos e vulnerabilidades e na definição de medidas prioritárias. Esses planos deverão ainda prever mecanismos para acompanhar a sua implementação. A medida coloca a adaptação climática para além dos documentos e estratégias nacionais, aproximando-a dos territórios onde os impactos se manifestam de forma concreta. O anteprojecto reconhece também a deslocação de pessoas e comunidades como uma das consequências das mudanças climáticas. O Estado deverá proteger pessoas que sejam obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente os seus locais de residência ou os seus meios de vida em consequência de eventos climáticos extremos.

Emissões passam a ter limites

A proposta prevê ainda a criação de

um sistema nacional para monitorar, reportar e verificar as emissões e remoções de gases com efeito de estufa, bem como as acções de adaptação e mitigação, perdas e danos, financiamento climático e transferência de tecnologia. O Governo deverá igualmente estabelecer limites máximos de emissão de gases com efeito de estufa para diferentes sectores de actividade, com mecanismos de monitoria e verificação do cumprimento desses padrões. O mercado de carbono também aparece integrado no novo quadro legal. O anteprojecto prevê a regulamentação da emissão, registo e transacção de certificados de redução ou remoção de emissões, determinando que estes mecanismos devem salvaguardar a partilha de benefícios com as comunidades locais.

Comunidades ganham espaço na governação

A participação das comunidades é outro dos eixos relevantes da proposta. Segundo a futura proposta legislativa, o Estado deverá promover a participação efectiva das comunidades locais na definição, implementação e monitoria das políticas e legislação ambiental e climática. O texto estabelece ainda que essas comunidades têm direito à “partilha justa e equitativa dos benefícios” resultantes da exploração dos recursos naturais, do mercado de carbono e do conhecimento tradicional associado. O princípio aplica-se também aos processos de licenciamento e alteração de projectos de investimento. O anteprojecto prevê participação efectiva e equitativa de mulheres, idosos, jovens, pessoas com deficiência e grupos vulneráveis, procurando garantir que os seus conhecimentos e necessidades sejam considerados nos instrumentos de governação climática. O acesso à informação ambiental e climática passa igualmente a ser tratado como um direito, incluindo informação sobre riscos climáticos e medidas de adaptação e mitigação.

Educação para responder à crise

A proposta vai além da regulação das actividades económicas e atribui ao Estado responsabilidades na educação ambiental e climática. O texto estabelece o direito universal à educação ambiental e à literacia climática, incluindo o acesso a informação técnico-científica compreensível sobre o estado do ambiente, os riscos das mudanças climáticas e as soluções disponíveis.

Entre as medidas previstas está a integração da educação ambiental e climática nos currículos escolares, além do apoio a programas de sensibilização comunitária e à divulgação de boas práticas de conservação dos ecossistemas e redução do risco de desastres. No domínio da responsabilidade ambiental, o anteprojecto adopta uma posição mais exigente. Entre os princípios propostos está o do “poluidor-pagador”, segundo o qual quem causa a poluição deve suportar os custos da reposição do ambiente e das medidas de prevenção e eliminação da poluição. A proposta estabelece também a responsabilidade objectiva, segundo a qual pessoas singulares ou colectivas responsáveis por danos ambientais ficam obrigadas a reparar e indemnizar, independentemente da existência de culpa. O texto prevê ainda mecanismos de embargo e suspensão de actividades e uma “Ordem de Protecção Ambiental e Climática”, destinada a responder a situações de impacto ambiental ou climático grave e iminente. O capítulo dedicado às infracções e sanções inclui, além das infracções administrativas, crimes relacionados com exploração de recursos naturais sem licença ambiental, depósito ou abandono de resíduos perigosos e ecocídio.

Protecção dos ecossistemas e desenvolvimento

A proposta coloca a protecção do património natural no centro da intervenção do Estado, através de medidas de defesa, gestão, monitoria, fiscalização, valorização e uso sustentável. O anteprojecto estabelece que determinadas infra-estruturas poderão ser proibidas quando, pela sua dimensão, natureza ou localização, produzam um impacto negativo significativo e não contrabalançável sobre o património ambiental. O documento incorpora ainda conceitos como resiliência climática, serviços dos ecossistemas, sequestro de carbono, pagamento por serviços ambientais e “nenhuma perda líquida de biodiversidade”, sinalizando uma tentativa de aproximar a legislação ambiental das novas exigências de conservação, desenvolvimento sustentável e resposta às mudanças climáticas.

Nova arquitectura institucional

Para coordenar este novo quadro, o anteprojecto propõe a criação da Autoridade Nacional de Gestão Ambiental e Mudanças Climáticas,



O documento incorpora ainda conceitos como resiliência climática, serviços dos ecossistemas, sequestro de carbono, pagamento por serviços ambientais e “nenhuma perda líquida de biodiversidade”

tivas ambientais e de acção climática. A nova entidade deverá actuar como autoridade técnica de referência para o Estado e para a sociedade em matérias como protecção ambiental, adaptação, resiliência, mitigação e desenvolvimento de baixo carbono. Está igualmente prevista a criação do Fórum do Ambiente e Mudanças Climáticas, como órgão de consulta do Governo e de auscultação da opinião pública, com representação também a nível provincial. Entre as suas atribuições estará a promoção da integração das questões ambientais e climáticas nas políticas de desenvolvimento. O conjunto das propostas aponta para uma mudança de abordagem: o ambiente deixa de ser tratado apenas como matéria de fiscalização e licenciamento e passa a estar associado ao planeamento económico, à resiliência das comunidades, à justiça climática, à conservação da biodiversidade e à definição de responsabilidades pelos impactos ambientais.

ROTUNDA

PLANT HIRE

Nossos Serviços na Área de Construção

Oferecemos uma vasta gama de serviços desde:

Venda e aluguer de equipamentos para obras de engenharia, como a construção de estradas;
Procurement e execução de obras.



Contacto



+72 (82) 966 1652

+27 (83) 577 6398



sales@rotundaplanthire.co.za



Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA



<http://www.rotundaplanthire.co.za>

Financiamento climático: fundos mobilizados ainda longe das necessidades

Texto: Bernardo Mbembele jr.

Moçambique continua a enfrentar graça resposta efectiva no seu esforço de mobilização dos recursos necessários para financiar a resposta aos desafios climáticos registados no período 2021-2025.

Dos 7,6 mil milhões de dólares estimados para responder aos compromissos assumidos no âmbito da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), o Governo conseguiu mobilizar apenas uma parte do montante, permanecendo um défice significativo de financiamento para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. Os dados foram avançados, recentemente, pelo ministro da Planificação e Desenvolvimento, Salim Valá, durante a II Conferência Nacional de Financiamento Climático, realizada este mês, na cidade de Maputo. Na ocasião, o governante recordou que Moçambique continua particularmente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, devido à sua localização geográfica e à exposição recorrente a eventos climáticos extremos. Segundo Valá, as mudanças climáticas ocupam um espaço cada vez mais central nas decisões económicas, financeiras e de desenvolvimento, o que exige do país uma abordagem mais consistente para responder aos desafios do sector. “Precisamos de ter uma abordagem político-estratégica sobre o financiamento climático e, simultaneamente, uma visão técnica suficientemente aguçada sobre o que pretendemos financiar, para responder a que desafios, com que instrumentos e com que resultados para a economia e para os moçambicanos”, observou. Foi neste contexto que o ministro destacou os esforços do Executivo

para mobilizar recursos destinados à implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada, reconhecendo que os valores conseguidos permanecem aquém das necessidades do país. “Para a nossa Contribuição Nacionalmente Determinada precisávamos de 7,6 mil milhões de dólares entre 2021 e 2025, e estima-se que tenhamos conseguido mobilizar apenas 24%”, afirmou o governante. O défice de financiamento ocorre numa altura em que os fluxos globais destinados à acção climática registam um crescimento significativo. Segundo dados apresentados durante a conferência, o financiamento climático global atingiu 1,9 biliões de dólares em 2023 e ultrapassou os dois biliões de dólares em 2024, de acordo com estimativas preliminares. Valá referiu ainda que, entre 2021 e 2023, o financiamento climático global cresceu, em média, 26% ao ano, enquanto os bancos multilaterais de desenvolvimento têm vindo a reforçar a sua participação neste domínio. “Os bancos multilaterais de desenvolvimento também estão a aumentar a sua participação. Em 2025, mobilizaram um recorde de 163 mil milhões de dólares em financiamento climático”, avançou. Segundo explicou, deste montante, 103 mil milhões de dólares foram destinados a economias de rendimento baixo e médio, dos quais 68 mil milhões para a mitigação das mudanças climáticas e 35 mil milhões para a adaptação aos seus efeitos. Perante estas oportunidades, o ministro



“
Para a nossa Contribuição Nacionalmente Determinada precisávamos de 7,6 mil milhões de dólares entre 2021 e 2025, e estima-se que tenhamos conseguido mobilizar apenas 24%”



defendeu a necessidade de Moçambique reforçar a sua capacidade de acesso aos fundos climáticos internacionais. “Moçambique precisa de melhorar a sua capacidade de aceder aos fundos climáticos internacionais e reconhecemos que o acesso a estes recursos exige capacidade institucional, projectos de qualidade, entidades nacionais fortes e mecanismos eficientes de coordenação”, frisou.

Impacto das cheias de Janeiro

A dimensão das necessidades de financiamento climático torna-se ainda mais evidente perante os impactos dos desastres naturais que afectam o país. Durante a conferência, Valá destacou os danos provocados pelas cheias de Janeiro de 2026, bem como as medidas em curso para responder aos seus efeitos. Segundo o governante, as inundações afectaram cerca de 724 mil pessoas e danificaram aproximadamente 170 mil habitações, com consequências para a pobreza, a prestação de serviços essenciais, a segurança alimentar e os meios de subsistência. Os impactos reflectiram-se também no desempenho da economia, levando à revisão em baixa da previsão de

crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de 2,8% para 0,59%. As necessidades de recuperação e reconstrução estão estimadas em cerca de 102 mil milhões de metical, equivalentes a aproximadamente 1,6 mil milhões de dólares. Valá explicou que os danos se concentram sobretudo no sector social, com destaque para a habitação, enquanto as perdas afectam predominantemente o sector produtivo, em particular a agricultura. Para responder às necessidades imediatas das populações afectadas pelas inundações no Sul e Centro do país, foram mobilizados 20 milhões de dólares destinados à assistência humanitária. O governante alertou igualmente para os riscos climáticos previstos para 2026/2027. As previsões e avaliações disponíveis apontam para uma elevada exposição do país aos possíveis impactos associados ao fenómeno El Niño, com consequências para a disponibilidade de água, a produção agrícola e pecuária, a segurança alimentar, a saúde, a energia e a prestação de serviços básicos. Para fazer face a estes riscos, o Governo elaborou um plano de resposta ao fenómeno El Niño, des-

tinado a orientar as medidas de prevenção e mitigação dos seus efeitos.

Energias renováveis e financiamento privado

Apesar das dificuldades na mobilização de recursos, o Governo aponta avanços institucionais e iniciativas em curso para reforçar o financiamento climático. De acordo com Salim Valá, desde a aprovação da Estratégia Nacional de Financiamento Climático (ENFC) 2025-2034, em 16 de Setembro de 2025, o país registou progressos na criação de mecanismos de coordenação e implementação da política de financiamento climático. Entre as medidas destacadas está a formalização, através do Diploma Ministerial n.º 74/2026, de 4 de Setembro, do Conselho Técnico de Coordenação da ENFC, responsável pela coordenação da implementação, monitoria e avaliação da estratégia. No domínio do financiamento, Moçambique mobilizou, junto do Fundo Verde para o Clima, cerca de 42,45 milhões de dólares para um projecto de utilização produtiva de energias renováveis nas zonas rurais. A iniciativa conta com a parceria do Reino da Bélgica, através da Enabel, e prevê o reforço da capacidade do Fundo Nacional de Energia (FUNAE). “Agradecemos ao Reino da Bélgica por esta parceria frutuosa e assente em resultados. Paralelamente, estamos a trabalhar para o estabelecimento do Fundo Nacional de Financiamento Climático, para uma mobilização integrada dos recursos, conforme previsto na ENFC e inspirado nas boas práticas internacionais”, afirmou Valá. O ministro acrescentou que o Governo elaborou dois instrumentos para responder às necessidades decorrentes dos choques climáticos registados e previstos para este ano: o Plano Global de Recuperação e Reconstrução Pós-Cheias de Janeiro de 2026 e o Plano de Resposta ao Fenómeno El Niño. Segundo explicou, o Executivo está a trabalhar na implementação coordenada destes instrumentos, tendo em conta as especificidades e necessidades dos diferentes territórios. Legenda: O ministro da Planificação e Desenvolvimento, Salim Valá, discursa durante a II Conferência Nacional de Financiamento Climático.



Moçambique defende justiça climática e maior financiamento para países vulneráveis

O Presidente da República, Daniel Chapo, defendeu o reforço do financiamento climático e da justiça climática, considerando que os países mais vulneráveis às alterações climáticas necessitam de maior apoio internacional para prevenir desastres e recuperar dos seus impactos.

Falando na abertura da Conferência Internacional sobre Redução do Risco de Desastres e Resiliência em África, que teve lugar na cidade de Maputo (13 3 14 de Outubro), Chapo salientou que os impactos destes fenómenos comprometem os planos de desenvolvimento dos países africanos, numa altura em que muitos enfrentam limitações de recursos financeiros para responder às emergências e reconstruir infra-estruturas destruídas. O Presidente manifestou igualmente preocupação com os atrasos na disponibilização dos apoios prometidos pelos parceiros internacionais, observando que os recursos nem sempre chegam a tempo ou na dimensão necessária para responder aos danos provocados pelas calamidades. Perante este cenário, defendeu o reforço

do compromisso colectivo dos governos, parceiros de desenvolvimento e demais actores na mobilização de recursos para a redução dos riscos de desastres e o fortalecimento da resiliência das comunidades. Chapo apelou ainda à passagem do diálogo à acção, sublinhando a necessidade de investir na prevenção, modernizar os sistemas de aviso prévio, reforçar as infra-estruturas resilientes e integrar a gestão dos riscos no planeamento do desenvolvimento. A Conferência Internacional sobre Redução do Risco de Desastres e Resiliência em África decorre até 15 de Outubro corrente, reunindo representantes de governos, organizações regionais e internacionais, especialistas e parceiros de desenvolvimento para debater estratégias de prevenção e financiamento dos riscos de desastres.

Alterações climáticas agravam riscos para a saúde no país

Especialista alerta para os impactos crescentes das alterações climáticas na saúde pública, incluindo o aumento da mortalidade, a propagação de doenças e as deslocações populacionais.

Cerca de 90% dos dias de ondas de calor registados no país entre 2021 e 2025 não seriam esperados sem a influência das alterações climáticas. Os dados foram apresentados, recentemente, em Maputo pelo investigador Zimbabwe ano, Tafadzwanashe Mabhaudhi, durante a 3.^a Conferência sobre o Impacto das Mudanças Climáticas na Saúde, organizado pelo Instituto Nacional de Saúde (INS). O especialista, professor de Alterações Climáticas, Sistemas Alimentares e Saúde na London School of Hygiene and Tropical Medicine e director do Lancet Countdown Africa, revelou ainda que Moçambique registou, em média, 10,3 dias de ondas de calor por ano entre 2021 e 2025, dos quais cerca de 90% são atribuídos à influência das alterações climáticas. Ainda na sequência de dados objectivos, a fonte salientou que 45,7% da superfície terrestre de Moçambique registou, em média, pelo menos um mês de seca extrema por ano, entre 2021 e 2025. A proporção representa, segundo o pesquisador, um aumento significativo em relação aos 14,7% registados no período de 1981 a 1990, evidenciando a crescente exposi-

ção do país a condições de seca extrema. Perante os dados, a fonte alertou para os impactos crescentes das alterações climáticas na saúde pública, incluindo o aumento da mortalidade, a propagação de doenças e as deslocações populacionais.

Impacto continental

Em África, cerca de 64% da superfície terrestre registou, em média, pelo menos um mês de seca extrema por ano, entre 2013 e 2022. Dados então apresentados indicam que a mortalidade associada ao calor aumentou 23% desde a década de 1990, enquanto uma estimativa de 546 mil mortes anuais relacionadas com o calor foi registada no período de 2012 a 2021. A apresentação apontou ainda um aumento de 49% no potencial de transmissão da dengue, associado às condições climáticas, reforçando os riscos que as alterações climáticas representam para a saúde pública no continente. Perante este cenário, Mabhaudhi destacou a necessidade de reforçar a prevenção, a preparação e a capacidade de resposta dos sistemas de saúde aos fenómenos climáticos extremos e aos riscos sanitários associados.





Moçambique acelera plano para eliminar mercúrio na mineração artesanal de ouro

O Governo de Moçambique prepara uma nova fase de reformas para reduzir e, progressivamente, eliminar o uso de mercúrio no processamento artesanal de ouro, através da formalização da mineração artesanal e de pequena escala (MAPE) e da adopção de tecnologias de processamento sem substâncias tóxicas. A informação foi avançada, recentemente, pela Directora Nacional de Ambiente e Mudanças Climáticas, Sónia Muando, durante a abertura, em Maputo, do seminário de preparação do projecto PlanetGOLD, no qual Moçambique procura colher experiências de países que já avançaram na redução do uso de mercúrio na mineração artesanal. A reforma deverá abranger os sectores de Minas e de Ambiente e Mudanças Climáticas e ser implementada nos próximos cinco anos, com o objectivo de tornar a MAPE uma actividade mais formal, sustentável e livre do uso de mercúrio. No âmbito do Plano Nacional de Adaptação (PNA), o Governo fixou como meta reduzir em 50% o uso de mercúrio na MAPE até 2030 e formalizar pelo menos 60% dos mineiros artesanais actualmente em actividade, segundo Muando. A meta surge num contexto em que Moçambique conta com mais de 100 mil mineiros artesanais, concentrados em Manica, Tete e Zambézia, no Centro, e Nampula, Niassa e Cabo Delgado, no Norte, responsáveis por praticamente toda a produção nacional de ouro

proveniente da mineração artesanal. Apesar de o uso de mercúrio estar proibido por lei desde 2006, ao abrigo do artigo 225 do Regulamento de Segurança Técnica e Saúde nas Actividades Geológico-Mineiras, a substância continua a ser amplamente utilizada no processamento do ouro.

Experiência internacional e novas tecnologias

A integração de Moçambique no PlanetGOLD está em preparação e deverá permitir ao país colher experiência internacional na transição para uma mineração artesanal sem mercúrio. O consultor do projecto, Edward Ndirangu, disse que experiências do Quênia, Burkina Faso, Tanzânia e Mongólia apontam para a substituição do mercúrio por tecnologias gravimétricas, como mesas de concentração, sluices com tapete e concentradores centrífugos, além do método do bórax. Segundo Ndirangu, estas tecnologias podem permitir a recuperação de até 95% do ouro sem recurso a químicos tóxicos e com rendimento superior ao da amalgamação com mercúrio. O modelo prevê ainda a instalação de Centros de Processamento Centralizado em Manica e Montepuez, onde o minério será processado de forma colectiva e controlada, reduzindo a queima de amálgama no interior das residências. O Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME), através do Instituto Nacional de Minas (INAMI), ficará responsável pelo pilar da formalização, incluindo a transformação de garimpeiros informais em coope-

rativas e associações licenciadas, atribuição de títulos mineiros de pequena escala e criação de centros oficiais de compra de ouro a preços de mercado. O Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP) liderará a componente ambiental e de saúde, com a introdução de tecnologias limpas, monitoria da contaminação de solos e rios e recuperação de áreas degradadas. Moçambique é signatário da Convenção de Minamata sobre Mercúrio e participou, entre 2016 e 2020, como país-piloto de um projecto GEF/UNIDO para a elaboração do Plano Nacional de Acção para a eliminação do mercúrio na MAPE. Segundo Ndirangu, o PlanetGOLD opera em 23 países e já permitiu evitar a emissão de cerca de 1.200 toneladas de mercúrio. A integração de Moçambique poderá facilitar o acesso a financiamento, assistência técnica e mercados internacionais formais para ouro produzido sem mercúrio e com rastreabilidade. A Organização Mundial da Saúde considera o mercúrio uma das substâncias químicas de maior preocupação para a saúde pública, devido aos seus efeitos sobre o sistema nervoso, rins e outros órgãos. O seminário reuniu representantes dos sectores dos recursos minerais, ambiente, agricultura, pescas e saúde, do INAMI, Banco de Moçambique e bancos comerciais, organizações da sociedade civil, Câmara de Minas de Moçambique e instituições académicas.

Extensionistas pedem fim de intermediários na isenção aduaneira



Armando Mbiza - Presidente da ANEA

Associação de Extensionistas Agrários de Moçambique (ANEA) pede ao Governo a eliminação dos intermediários no acesso à isenção de direitos aduaneiros para equipamentos de irrigação, alegando que o benefício fiscal favorece os grandes importadores e não chega aos pequenos produtores. Em entrevista exclusiva à Rádio +Agro, da Revista Terra, o presidente da ANEA, Armando Mbiza, defendeu igualmente a redução da burocracia no sector agrícola, considerando que os procedimentos actuais dificultam o acesso dos produtores aos equipamentos. A isenção, prevista nos Decretos n.º 11/2016 e n.º 17/2022, visa reduzir os custos de aquisição de equipamentos e materiais agrícolas, incentivando a mecanização e o aumento da produção. O líder dos extensionistas questiona, contudo, a eficácia da medida para os pequenos agricultores, que segundo assegurou, enfrentam dificuldades para importar equipamentos directamente, devido à limitada capacidade financeira.

“Com base na experiência que tenho, recorrendo à prática, posso afirmar que os benefícios destas leis somente favorecem os grandes”, afirmou. De acordo com Mbiza, alguns importadores revendem os equipamentos com margens elevadas, impedindo que a redução dos encargos aduaneiros se traduza em preços mais acessíveis para os produtores. “O pequeno produtor compra os equipamentos ao importador, formal ou informal, que os importou com isenção, mas os revende com uma margem de 60%. Ou seja, o benefício fiscal não chega a quem tem menor poder financeiro”, explicou. Apesar das limitações, o presidente da ANEA considera que a isenção pode reduzir significativamente os custos de aquisição dos sistemas de irrigação, embora não resolva, por si só, os problemas de acesso a estas tecnologias. Como exemplo, apontou um sistema de irrigação gota a gota, alimentado por energia solar, para meio hectare, que nas suas contas, o preço CIF em Maputo é de 180 mil meticais. “Sem a isenção”, afirmou, “o custo poderia atingir cerca de 250 mil

meticais, considerando os direitos aduaneiros, o IVA e outras taxas”. A fonte realçou, contudo, que os custos de transporte, instalação e manutenção continuam a pesar no investimento, agravando as dificuldades dos pequenos produtores. Perante às dificuldades actuais que têm no tipo da cadeia, a falta de financiamento, “o maior obstáculo à adopção de sistemas de irrigação” Mbiza considera que a redução dos encargos fiscais deve ser acompanhada por mecanismos que permitam aos agricultores adquirir os equipamentos.

alguns importadores revendem os equipamentos com margens elevadas



Maputo projecta centros de reciclagem de resíduos sólidos

A cidade de Maputo poderá contar, brevemente, com dois centros de recepção e reciclagem de resíduos sólidos, com vista a melhorar a gestão e reduzir o volume de lixo que chega à lixeira.

A informação foi avançada pelo Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Salubridade de Maputo (EMSM), Sergio Zitha, assegurando que o arranque das obras de construção dos empreendimentos será ainda dentro do presente ano. Denominados centros de rotoma, os empreendimentos em alusão, segundo Zitha, serão construídos nos bairros de Xipamanine e Zimpeto, por sinal, onde localizam-se os dois mercados mais concorridos da capital do país, e, consequentemente, também responsáveis pela produção de grandes volumes de resíduos sólidos, parte dos quais, recicláveis. Zitha, que falava recentemente, à margem de uma jornada de limpeza promovida em parceria com a comunidade ruandesa em Maputo, explicou que a construção das infraestruturas será financiada pelos parceiros da edilidade, mas a gestão estará a cargo da EMSM. De acordo com o PCA da EMSM, os

centros visam garantir que os resíduos sólidos reaproveitáveis deixem de engrossar os volumes de lixo depositado na lixeira, passando o Conselho Municipal, através daquela empresa, a comprar para a posterior reciclagem. No contexto, Zitha disse que o objetivo e igualmente incluir os catadores de lixo na política do funcionamento do sector que dirige, em reconhecimento ao papel destes na colecta de resíduos sólidos recicláveis, com destaque para o plástico, pet e papelão, que muitas vezes sobrecarregam as lixeiras e prejudicam o meio ambiente. Zitha entende que fora a melhor gestão de resíduos sólidos os centros a serem implantados poderão garantir postos de trabalho e igualmente fonte de subsistência para os catadores assim como para qualquer munícipe que queira vender lixo reciclável



Feito Com **Arte.** Definitivamente **Moderno.**

Oferecemos móveis de fabricantes europeus de produtos de luxo e design de qualidade superior para:

Sala de estar, Sala de jantar, quarto,
Decoração/Iluminação para interiores, Tudo de
coleções que variam do luxo, ultramoderno, ao
minimalista contemporâneo e a preços
competitivos

Contato

+72 (82) 966 1652

+27 (83) 577 6398

sales@rotundaplantire.co.za

Litchie Road, Vintonia,
Nelspruit, Mpumalanga RSA

<http://www.rotundaplantire.co.za>

